



Relatório

5.º ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA

"PROTEÇÃO CIVIL"
DE CIDADES UCCLA



Praia, 27.06 a 01.07 de 2016

FICHA TÉCNICA:

Título: Relatório 5.º Encontro Técnico da Rede Temática Proteção Civil de Cidades UCCLA

Elaboração: Eng.º Renato Costa | *Coordenador do Projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA*
Dr. Celestino Afonso | *Responsável Técnico de Cidade Guia da Rede*

Data: julho de 2016

SUMÁRIO

I.	CONTEXTUALIZAÇÃO	4
II.	CIDADES PARTICIPANTES	5
III.	PROGRAMA DO ENCONTRO.....	6
IV.	AGRADECIMENTO	6
V.	DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS	9
VI.	CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES.....	22

I. CONTEXTUALIZAÇÃO

Enquadrado no âmbito das atividades da Rede Temática Proteção Civil de Cidades UCCLA, as cidades da Praia (cidade guia e anfitriã), sob a coordenação de União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), organizaram entre os dias 27 de junho e 01 de julho de 2016, na sala de Municípes, Paços do Concelho, Plateau, Praia, o V ENCONTRO TÉCNICO DA REDE TEMÁTICA PROTEÇÃO CIVIL DE CIDADES UCCLA, sob o lema Proteção Civil: experiências do passado e desafios do Futuro. Este encontro foi precedido pelos encontros da Praia, Lisboa, Huambo e Cascais, ocorridos, respetivamente em 2011, 2012, 2013 e 2014.

O projeto Redes Temáticas de Cidades UCCLA foi aprovado a 7 de maio de 2010, em Salvador da Baía, na XXVII Assembleia-geral da UCCLA, da qual faz parte a rede Temática “Proteção Civil” e mais duas outras redes que, no conjunto, correspondem ao projeto aprovado. Os Encontros Técnicos visam a cooperação entre cidades UCCLA e Lusófonas, nos termos decorrentes do estabelecido no projeto e no respetivo Regulamento aprovado em Lisboa pela Comissão Executiva, em 15 de outubro do mesmo ano.

O Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” tem como principal objetivo a partilha de conhecimentos e troca de experiências entre técnicos de países/cidades membros da rede, em geral e, em particular, refletir acerca das ocorrências, soluções e medidas mitigadoras do risco, devendo ser um espaço privilegiado na aproximação das cidades da rede.

A mesa de abertura do encontro foi constituída por suas Excelências o Dr. Paulo Rocha, Ministro de Administração Interna, que presidiu a cerimónia, pelo Dr. Óscar Humberto Santos, Presidente da Câmara Municipal da Praia e Dr. José Bastos em representação ao Senhor Secretário-Geral da UCCLA, Dr. Vítor Ramalho.

O certame contou com a presença dos representantes dos Municípios de Cabo Verde, Universidades, autoridades civis, agentes municipais de proteção civil da Praia (Cabo Verde), representantes dos municípios de Lisboa e Cascais (Portugal), para além dos representantes da UCCLA.












Na cerimónia de encerramento usaram da palavra, em nome da cidade guia da rede (Praia), o Dr. Celestino Barbosa Afonso e em nome da UCCLA, o coordenador do Projeto, o Eng.ro Renato Martins Costa.

II. IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO

A importância do encontro, que integrou dois painéis de apresentações, uma ação de formação (*workshops*) e visitas ao terreno, centrou-se na atualidade e pertinência da Organização de um Serviço Municipal e Nacional de Proteção Civil (Estrutura e Coordenação), na avaliação do risco urbano, medidas de autoproteção e cultura de segurança, em particular, a emergência e comunicação social, para além da referência detalhada sobre a erupção vulcânica da ilha do Fogo de 2014/2015.

Estes objetivos foram plenamente alcançados, por um lado, pela qualidade das apresentações, caracterizadas pela sua natureza e consistência técnico-científica, o que possibilitou a excelente apreensão dos conteúdos, tendo em conta a situação de Cabo Verde e, por outro, pela participação alargada e objetividade das questões colocadas pelos participantes, quer no que se prende com as apresentações em si, como no que se refere aos *workshops*.

III. CIDADES PARTICIPANTES

CIDADE	PAÍS
 CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA	PORTUGAL
 CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS	
 CÂMARA MUNICIPAL DA PRAIA (Cidade-Guia)	CABO VERDE
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS	
 CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ	
 CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DOS ÓRGÃOS	
 CÂMARA MUNICIPAL DE CALHETA SÃO MIGUEL	
 CÂMARA MUNICIPAL DE TARRAFAL DE SÃO NICOLAU	
 CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRA GRANDE DE SANTO ANTÃO	
 CÂMARA MUNICIPAL DO SAL	
 UNIÃO DE CIDADES CAPITAIS DE LÍNGUA PORTUGUESA (UCCLA) - Coordenação	PORTUGAL

IV. AGENDA DO ENCONTRO

DATA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA FORMADOR (A)
Dia 27			
Manha	09:00 13:00	WORKSHOP A Emergência e a Comunicação Social	Manuel João Ribeiro Serviço Municipal de Proteção Civil Câmara Municipal de Lisboa
	14:00 18:00	WORKSHOP Organização dos Centros/Postos de Comando e Coordenação	Manuel João Ribeiro Serviço Municipal de Proteção Civil Câmara Municipal de Lisboa
Dia 28			
PAINEL I – AVALIAÇÃO, PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCO – Moderador Francisco Duarte			
Manhã	10:15	A avaliação detalhada do risco urbano: metodologias e processo de implementação piloto em três municípios de Cabo Verde	Iria Touzon Calle Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Cabo Verde
	10:45 11:15	Erupção Vulcânica da ilha do Fogo de 2014/15 - sistema de vigilância vulcânica, cronologia da erupção e medidas de prevenção.	Sónia Silva Victória Pró-reitora para a Pós-Graduação e Investigação (PGI) Universidade de Cabo Verde
	11:15 13:00	Perguntas e debates	
PAINEL II – PROTEÇÃO CIVIL: SENSIBILIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL – Moderador Renato Costa			
Tarde	14:30	Organização de um Serviço Municipal de Proteção Civil	Carlos da Silva Estibeira Chefe da Divisão de Planeamento e Operações do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
	15:00	Contributo para uma cultura de segurança: A importância da sensibilização na população escolar	Luís Cecílio Maia dos Santos Chefe da Divisão de Prevenção e Sensibilização do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
	15:30	A Emergência e a Comunicação Social	Manuel João Ribeiro Serviço Municipal de Proteção Civil Câmara Municipal de Lisboa
	16:00 18:00	Perguntas e debates	Luís Cecílio Maia dos Santos Chefe da Divisão de Prevenção e Sensibilização do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Dia 29			
Manhã	08:30 12:30	WORKSHOP Cheias e Inundações	Carlos da Silva Estibeira Chefe da Divisão de Planeamento e Operações do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
	14:00 16:00	WORKSHOP Análise de risco	Carlos da Silva Estibeira Chefe da Divisão de Planeamento e Operações do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Tarde	16:00 18:00	Visita a um bairro de assentamento informal para análise in loco de risco (Localidade da Jamaica)	Carlos da Silva Estibeira Chefe da Divisão de Planeamento e Operações do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
Dia 30			
Manhã	08:30 12:30	WORKSHOP Importância das medidas de autoproteção na segurança contra risco de incêndios em edifícios. Regras para a sua definição e implementação	Luís Cecílio Maia dos Santos Chefe da Divisão de Prevenção e Sensibilização do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais



Proteção Civil
Rede Temática de Cidades UCCLA

5º Encontro Técnico da Rede Temática Proteção Civil de Cidades UCCLA

Proteção Civil: experiências do passado, desafios do futuro.

DATA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA FORMADOR (A)
Tarde	14:00 16:00	WORKSHOP 1. Importância das medidas de autoproteção na segurança contra incêndios em edifícios: Regras para a sua definição e implementação; 2. Visita ao edifício para vistoria contra risco de incêndio	Luís Cecílio Maia dos Santos Chefe da Divisão de Prevenção e Sensibilização do Serviço Municipal de Proteção Civil de Cascais
	16:00 18:00		
Dia 01			
Manhã	08:30 12:30	WORKSHOP Erupção Vulcânica da ilha do Fogo de 2014/15 – cronologia, impates, redução de riscos de desastres e resiliência.	Sónia Silva Victória Pró-reitora para a Pós-Graduação e Investigação (PGI) Universidade de Cabo Verde Jeremias Alves Cabral Diretor de Formação Estudo Investigação e Prevenção de Riscos, Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (DFEIPR-SNPCB)

V. AGRADECIMENTO

Na realização conseguida dos objectivos do Encontro, devem ser destacadas e objecto de reconhecimento algumas entidades que para qual contribuíram decisivamente, mediante valiosa colaboração:

- União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), coordenação e apoio prestado;
- Câmara Municipal da Praia (Cabo Verde), anfitriã do evento que, de forma exemplar, demonstrou toda a sua disponibilidade, excelência organizativa e disponibilização dos meios logísticos necessários para que os objectivos do Encontro fossem plenamente alcançados;
- Câmaras/Entidades discriminadas na tabela do ponto II, pela resposta/presença/participação e colaboração prestada

VI. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS E TEMAS APRESENTADOS

► **DIA 27 DE JULHO DE 2016** | 09:00 às 13:00 e 14:00 às 18:00

Presidido pela Sua Excelência o Senhor Ministro da Administração Interna de Cabo Verde, **Dr. Paulo Rocha**, o ato de abertura do Quinto Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” contou igualmente com as presenças de Suas Excelências, **Dr. Óscar Humberto Santos** – Presidente da Câmara Municipal da Praia e **Dr. José Bastos**, em representação do Secretário Geral da UCCLA, Vitor Ramalho, sendo por isso os constituintes da mesa de Cerimónia da Abertura Oficial do Evento.

Finda a solenidade, iniciaram-se os trabalhos do 5.º Encontro Técnico da Rede Temática “Proteção Civil” relativos à primeira explanação, a seguir descritas.

WORKSHOP 1

A EMERGÊNCIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Por: Manuel João Ribeiro | SMPC – Câmara Municipal de Lisboa

O papel da OCS's na informação das populações e das autoridades durante emergências assume uma importância crítica, especialmente na consciencialização e preparação pública sobre as catástrofes, nos avisos e alertas de perigos e riscos, na recolha e transmissão de informações sobre áreas afetadas, na colaboração com os serviços e agentes de proteção civil e no apoio às populações com necessidades específicas, bem como, na facilitação de discussões e decisões sobre a prevenção e resposta às emergências.

Durante as situações de emergência, as pessoas procuram informações atualizadas, confiáveis e detalhadas.

São várias as implicações na comunicação de risco que devem ser tidas em conta, por exemplo, a confiança e aceitação pública do conteúdo, as mensagens devem ser oportunas, exatas, específicas, suficientes, consistentes e compreensíveis, os riscos relativos às mensagens são mais propensos a verificar-se quando colocados em prática pela disseminação através de múltiplos canais.

Determinadas mensagens devem ser trabalhadas para atingir vários públicos, a utilização dos OCS's antes das crises pode aumentar a resiliência do público. É necessário que a informação nos meios de comunicação pois a falta de informação por ser preenchida por conteúdo impreciso. Tornasse também necessário o entrosamento entre os meios de comunicação tradicionais e os *social média* como suplementos necessários um ao outro.

O papel dos OCS's tem contribuído para a politização das emergências e a área da proteção civil. Os OCS's ao colocar pressão sobre as autoridades e gestores de emergência para que expliquem e justifiquem o que é feito para evitar a ameaça ou resolver a crise, aceleram o processo político da gestão dos desastres, tornando cada vez mais difícil para as autoridades e gestores decidirem não aparecer publicamente enquanto dura a crise e a emergência.

Os OCS's competem para serem os primeiros a efetuar perguntas incisivas às autoridades e aos gestores sobre as possíveis causas da emergência, sobre as operações realizadas e a realizar e sobre eventuais procedimentos

suscetíveis de dúvidas de eficácia e eficiência. Se as autoridades hesitam ou evitam informar, os OCS's procuram outros informantes para recolher a notícia, mesmo podendo não ser fiáveis fontes de informação.

O papel dos OCS's em todas as fases da gestão de emergência não pode ser subalternizado e omitido. Os meios de comunicação social – jornais, rádio, televisão, são importantes vias de disseminação de informações e importantes canais de procura pública por parte das populações, constituindo, inclusive, um veículo fulcral para a sua aprendizagem em relação aos desastres. Os OCS's são um parceiro fundamental na gestão de emergência.

WORKSHOP 2

ORGANIZAÇÃO DOS CENTROS/POSTOS DE COMANDO E COORDENAÇÃO

Por: Manuel João Ribeiro | SMPC – Câmara Municipal de Lisboa

A aposta na Proteção Civil é uma condição indispensável para a promoção da segurança dos cidadãos, bens e ambiente, assumindo-se como uma das metas fundamentais de uma melhor e mais sustentável qualidade de vida das populações.

A emergência é a ocorrência de situação não desejada com origem em fatores naturais ou tecnológicos, que podem ter como consequência danos graves em termos humanos, materiais e ambientais.

Aquando de um desastre as características associadas ao mesmo são inúmeras, podem ser referidas a título de exemplo, a incerteza, urgência, consenso de emergência, convergência etc.

Para fazer frente às situações de desastre é importante conhecer o papel da gestão de emergência. A Gestão da Emergência é um conjunto de metodologias, processos, procedimentos e práticas capazes de organizar os meios humanos e materiais, com vista à resposta mais ou menos eficiente para fazer face a uma situação de emergência.

A gestão da emergência envolve a elaboração de planos, estruturas e outros processos para organizar e otimizar os esforços das organizações oficiais, não-governamentais, privadas e voluntárias de um modo abrangente e coordenado para dar resposta a todas as necessidades da emergência.

A Gestão de Emergência implica 4 fases:

- **A primeira fase**, reflexa, tem como objetivos verificar o impacto, registar os sinais e sintomas dominantes, promover as ações de organização e resposta e definir uma estrutura organizacional e funcional.
- **A segunda fase**, fase de reflexão, deve diagnosticar e avaliar as soluções existentes, analisar as respostas e dimensionar os meios disponíveis, atender à estrutura interna da gestão de crise, evitar efeitos desqualificados e os desfasamentos por parte dos agentes e serviços envolvidos.
- **A terceira fase**, é a fase de Conduta, onde será feito o desenvolvimento de ações, acompanhamento, observação, vigilância e monitorização e o controlo próximo das dinâmicas reais da crise.

- **A última fase** da Gestão de Emergência, é a fase de Preparação, onde é feito a adequação dos processos reflexivos face ao dimensionamento das ações de resposta e o processo tático nas componentes operacionais, logísticas e informativas.

A coordenação é um conceito importante quando se fala em Gestão de Emergência. Conceito que significa um processo de partilha, através do qual as organizações trocam informações, desenvolve as ações definidas e sincronizam as atividades de gestão do incidente.

Coordenação é gerir as dependências entre atividades, visa uma atuação conjunta, trabalhada de forma coordenada, na prossecução de objetivos partilhados. É, pois, uma responsabilidade partilhada, facilitada por uma ligação e treino comum. Coordenação é, também, a cooperação de unidades independentes com a finalidade de eliminar a fragmentação, as lacunas na prestação de serviços, e desnecessárias duplicações de serviços.

Como produtores, os gestores de emergência asseguram o seu funcionamento como se de um autêntico teatro se tratasse, em que todos os equipamentos e meios estão em condições de funcionar. Suportes legais devidamente elaborados, assinados e atuais, conjunto dos atores com os seus papéis definidos e, orçamento necessário para por em prática a ação.

As intervenções de socorro e seus respetivos agentes são e estão, usualmente, referenciados como intimamente ligados às ações de primeira resposta.

As ações de primeira resposta estão geralmente ligadas às designadas estruturas operacionais - bombeiros, polícia, serviços de emergência médica e obras públicas, etc.

As ações de primeira resposta podem ser consideradas mais táticas na aplicação dos princípios da gestão, enquanto a gestão de emergência é mais estratégica e de longo alcance.

A prevenção e a preparação são as áreas principais para a gestão de emergência.

Do mesmo modo, resposta e recuperação são as áreas principais da primeira resposta.

Ambas operam, estratégica e taticamente, em conjunto em função das condições definidas.

A missão do Gestor de Emergência é de assessorar e auxiliar a implementação de ações de planeamento e de coordenação para prevenir, preparar, responder e recuperar, face aos vários tipos de desastres que ameacem a sua área de jurisdição.

O Gestor de Emergência é responsável pela coordenação do planeamento das diversas componentes do sistema de proteção civil (bombeiros e polícia, serviços de emergência médica, obras públicas, voluntariado, etc.).

Durante um desastre o Gestor de Emergência não é o ator principal. O Gestor de Emergência não se sobrepõe nem substitui os outros responsáveis, mas antes apoia-os na gestão dos seus recursos e na sua respetiva coordenação. O maior desafio do Gestor de Emergência, enquanto profissional, é o de formar e manter vínculos, formais e informais, de ajuda mútua e cooperação.

Mais do que controlar, o Gestor deve coordenar e estabelecer relações com os outros agentes de proteção civil (operacionais ou não).

Uma das responsabilidades chave do Gestor de Emergência para satisfazer os requerimentos dos desastres é a coordenação e o planeamento estratégico dos seus próprios recursos.

► **DIA 28 DE JULHO DE 2016** | 09:00 às 13:00 e 14:30 às 18:00

TEMA 1**AVALIAÇÃO DETALHADA DO RISCO URBANO: metodologias e processo de implementação piloto em três municípios de Cabo Verde**

Por: Iria Touzon Calle | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O PNUD, através dum projeto regional financiado pelos governos de Luxemburgo e Japão, ira apoiar junto com os seus parceiros nacionais (INGT, SPNCB e UniCV) três municípios em Cabo Verde para a implementação duma iniciativa piloto de avaliação detalhada do risco urbano.

Como iniciativa piloto se pretende testar e afinar as metodologias e abordagens de avaliação detalhada de risco urbano ao tempo que se reforçam as capacidades técnicas nacionais para conduzir este tipo de avaliação detalhada.

O projeto pretende avaliar os riscos de desastres aos quais estão sujeitos os municípios de Praia (Santiago), Mosteiros (Fogo) e Ribeira Brava (São Nicolau) e propor soluções de gestão de risco acordes com o perfil de risco identificado para cada município.

A avaliação de risco abrange os riscos de desastres mais relevantes para cada município (cheias, movimentos de massa, vulcanismo e sismicidade) e considera as populações, o edificado e as infraestruturas críticas como os elementos em risco cuja vulnerabilidade será analisada.

A metodologia comporta o detalhe da avaliação e mapeamento de perigos, já completada ao nível nacional, assim como uma avaliação da exposição e da vulnerabilidade dos elementos a ser considerados.

Com o projeto se pretende dotar as Camaras de ferramentas de apoio a decisão que lhes permitam integrar a redução de riscos de desastres no seu planeamento estratégico e ordenamento e gestão de território. Assim, se entende que a avaliação detalhada de risco ira permitir uma modelação de cenários de desastres que poderá informar tanto o planeamento da contingência como o planeamento da recuperação post-desastre.

TEMA 2**ERUPÇÃO VULCÂNICA DA ILHA DO FOGO DE 2014/2015 – sistema de vigilância vulcânica, cronologia da erupção e medidas de prevenção**

Por: Sónia Silva Victória | Universidade de Cabo Verde (UniCV)

Depois de 19 anos após a ocorrência da erupção de 1995, teve início o mais recente episódio da história vulcânica da ilha do Fogo. A última erupção vulcânica ocorrida na ilha do Fogo, de estilo estromboliana, caracterizada por duas fases, efusiva e explosiva, iniciou no dia 23 de novembro de 2014 e terminou no dia 8 de fevereiro de 2015, após um período de 77 dias de atividade vulcânica. Durante este período materializou-se várias atividades de seguimento da erupção: a monitorização geoquímica diária relacionada com as emissões de dióxido de enxofre (SO₂)

e o programa de monitorização geofísica (termografia/termometria) do processo eruptivo usando câmaras térmicas portáteis, no sentido de se medir a temperatura das escoadas lávicas. Outros trabalhos de monitorização foram realizados como por exemplo a monitorização visual através de uma câmara WEB e a cartografia das escoadas lávicas com recurso ao aparelho GPS.

As atividades realizadas pela equipa científica foram muito importantes para o seguimento da erupção e produziram um volume considerável de dados que têm dado origem a artigos e publicações científicas. Os dados apresentados são fruto do trabalho de equipa multidisciplinar que fez o seguimento da erupção vulcânica de 2014/15 na ilha do Fogo.

Como principais impactes ambientais e socioeconómicos: as lavas provocaram a destruição quase total de 3 povoados: Portela, Bangaeira e Ilhéu de Losna, destruíram mais de 230 edificações (incluindo casas, escolas, igrejas, adegas, instituições hoteleiras e a sede do parque natural), cobriram cerca 520 hectares de terra e destruição de aproximadamente 120 hectares de terreno agrícola. Para uma melhor eficácia da prevenção é necessário manter a vigilância e a monitorização sismovulcânica integrado num sistema de alerta precoce. A sensibilização e educação das populações que se encontram expostas a estes tipos de fenómenos naturais, as condições de ocupação do território, as condições de acessibilidade de modo a criar vias alternativas devem ser adotadas. A cartografia de riscos também como uma medida preventiva, sobretudo para as áreas de maior susceptibilidade de serem atingidas pelos vários perigos vulcânicos entre outros perigos associados. É necessário que as autoridades locais e a população compreendem os riscos que enfrentam e desenvolvem processos de informação local e compartilhada com base nos danos e estragos por desastres, ameaças e riscos, inclusive sobre quem está exposto e quem é vulnerável.

TEMA 3

ORGANIZAÇÃO DE UM SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Por: Carlos Estibeira | SMPC – Câmara Municipal de Cascais

O Município de Cascais é o quinto mais populoso do país. Conta com cerca de 206.479 mil habitantes. A sua ocupação de espaço urbano é de 49%, tem cerca de 35% de terrenos ocultos, 9% de floresta e 5% de agricultura.

Conta um aeródromo, um autódromo, uma marina, duas auto-estradas, sete grandes superfícies comerciais, um eco-parque intermunicipal e duas ETAR's intermunicipais, cento e oitenta e sete equipamentos educativos, cento e setenta e oito equipamentos sociais, 85 equipamentos culturais, dezassete equipamentos desportivos municipais, trinta e seis postos de abastecimentos de combustíveis, dois estabelecimentos prisionais, dois hipódromos, um estádio de futebol, um casino, cinco corpos de bombeiros, sete esquadras da PSP, um serviço de Polícia Municipal, um VMER e um MEM, um sub-destacamento territorial da GNR, uma capitania de proto, uma estação salva vidas do ISN, quatro centros de saúde e três extensões e três hospitais.

O Serviço Municipal de Proteção Civil serviço conta com a colaboração de 12 técnicos, 1 engenheiro florestal e 8 sapadores florestais e é constituído por 3 divisões. Divisão de Prevenção e Sensibilização, Divisão de Planeamento e Operações e Unidade Técnica Florestal, e tem como missão Executar e coordenar a Política Municipal de Proteção

Civil, nomeadamente na prevenção, preparação, resposta e recuperação a acidentes graves e catástrofes, promovendo a proteção e o socorro das populações, dos bens, do património e do ambiente no concelho de Cascais.

A divisão de planeamento e operações é responsável por fazer o levantamento e caracterização dos riscos, gestão e mitigação do risco litoral, elaboração de planos de coordenação dos eventos que ocorrem no município, organização de exercícios de simulação do tipo Livex, levantamento de risco de incendio florestal nas áreas urbanas.

Na Divisão de Prevenção e Sensibilização são realizadas ações de formação e sensibilização dos estabelecimentos de ensino públicos e privados do concelho, simulacros e evacuação nas escolas e estabelecimentos públicos, Ações de sensibilização em entidades exógenas ao Concelho: Escola de Prevenção e Segurança da CM Loures e na Escola Prática da GNR em Queluz, Segurança nas Praias, organização e realização de colóquios e seminários, segurança contra incêndios em edifícios.

Na unidade técnica florestal dá-se realce à Silvicultura Preventiva às Faixas de gestão de combustíveis florestais, Limpeza de Faixas, junto aos Caminhos Florestais e Estradas Municipais, Limpeza de Faixas de 100m, junto aos aglomerados Populacionais, Limpeza de Faixas de 100m junto aos Aglomerados Populacionais, Manutenção da Rede Viária Florestal.

TEMA 4**CONTRIBUTOS PARA UMA CULTURA DE SEGURANÇA: a importância da sensibilização na população escolar**

Por: Luís Cecílio Maia dos Santos | SMPC – Câmara Municipal de Cascais

O município de Cascais abarca várias escolas, foi criado um programa de sensibilização no sentido de introduzir no ambiente escolar uma cultura de segurança. Para isso foi criado um manual que disponibiliza as medidas de autoproteção em caso de incêndio, sismo, inundação, ondas de calor, quebra de arribas e incêndios florestais. Foi também apresentado o que deve conter o kit de Emergência.

O kit de sobrevivência é uma coleção de itens básicos que possam ser necessários nos primeiros dias da catástrofe. Dentro os itens que este kit deve conter destacam-se o rádio a pilhas e a lanterna, material de primeiros socorros, água e comida enlatada suficiente para 2 ou 3 dias, agasalhos para todos os membros da família, fotocopia dos documentos mais importantes, extintor e ferramentas multiusos.

São programadas visitas nas escolas do município para fazer a apresentação dessas medidas de autoproteção, bem como a encenação de simulacros, exercícios de evacuação, o objetivo é tornar o município de cascais num conselho resiliente. Ser resiliente é “desenvolver as capacidades de resistência e recuperação e até uma certa imunidade que permitam a aquisição de novas competências de ação, melhor adaptação a uma realidade cada vez mais imprevisível e agir, adequada e rapidamente, sobre ela resolvendo os problemas que esta lhe coloca”.

Apresentam como desafios futuros a construção de uma Escola de Proteção Civil, com salas para explicar os diferentes riscos, como por exemplo, inundações, risco sísmico, risco de incêndio e não menos importantes acidentes domésticos, assim chegamos a mais população e conseguimos transmitir as medidas de autoproteção.

TEMA 5**A EMERGÊNCIA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Por: Manuel João Ribeiro | SMPC – Câmara Municipal de Lisboa

*(Vide Workshop 1)***▶ DIA 29 DE JULHO DE 2016 | 08:30 às 12:30 e 14:00 às 18:00****WORKSHOP 3****CHEIAS E INUNDAÇÕES**

Por: Carlos Estibeira | SMPC – Câmara Municipal de Cascais

O conceito restrito de cheia foi preconizado V.T. Chow (1956) e refere-se a um fenómeno hidrológico extremo, de frequência variável, natural ou induzido pela ação humana, que consiste no transbordo de um curso de água relativamente ao seu leito ordinário, originando a inundação dos terrenos ribeirinhos (leito de cheia).

As cheias podem ocorrer devido a fenómenos naturais, ou podem resultar da intervenção humana.

Como causas naturais, aponta-se a precipitação intensa num curto período de tempo, precipitação intensa de forma contínua, num período de tempo alargado, o degelo das calotes polares a saturação de solos e a ocorrência de Incêndios florestais, e consequente escorrência superficial.

Ao falar de causas humanas refere-se à Ocupação/obstrução ou alteração das linhas de água, desflorestação, e destruição do coberto vegetal das vertentes e das margens, pressão urbana, normalmente associada ao litoral do território e à rutura e/ou descargas de barragens.

Tanto as causas naturais como as causas pela intervenção do homem das cheias, apresentam sérias consequências, sendo elas a diminuição das áreas de cultivo, destruição de culturas e de solos, perdas de animais, danos em habitações e estabelecimentos comerciais, industriais e outros, desalojamento e evacuação de pessoas e ferimentos em pessoas ou mesmo perdas de vidas humanas.

As inundações são fenómenos hidrológicos extremos, de frequência variável, naturais ou induzidos pela Ação humana, que consistem na submersão de uma área usualmente emersa.

Segundo a Diretiva 2007/60/CE do Parlamento Europeu: Inundação, é a cobertura temporária por água de uma terra normalmente não coberta por água. Inclui as cheias ocasionadas pelos rios, pelas torrentes de montanha e pelos cursos de água efémeros mediterrânicos, e as inundações ocasionadas pelo mar nas zonas costeiras, e pode excluir as inundações com origem em redes de esgotos.

Referindo-se às cheias e inundações no município de Cascais, pode se dizer que a rede hidrográfica do concelho de Cascais é composta por 11 ribeiras que nascem maioritariamente no concelho de Sintra, a norte de Cascais, apresentando uma irregularidade de escoamento significativa, fortemente influenciada pela variabilidade da precipitação. O escoamento ocorre sobretudo durante o inverno, apresentando-se, em alguns casos, quase totalmente secas no verão. Estes cursos de água integram duas bacias:

- a) Bacia Hidrográfica da Ribeira do Rio da Mula, Ribeira Dos Marmeleiros/Ribeira das Vinhas divide-se entre o Concelho de Sintra e de Cascais e, conseqüentemente, uma parte da bacia está dentro das delimitações do Parque Natural de Sintra-Cascais. Insere-se na região denominada pelo APA como Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste. A área total da bacia é de cerca de 26,2 Km², dos quais cerca de 14,5 Km² pertencem ao Concelho de Cascais. A Ribeira das Vinhas nasce a 478 m de altitude em pleno PNSC, desaguardo em Cascais. A Barragem do Rio da Mula é situada a norte do Cascais.
- b) A Bacia hidrográfica da Ribeira das Vinhas, apresenta uma característica da transição entre a Serra e o litoral, ou seja, entre valores de altitude mais elevados a Noroeste, Serra de Sintra e valores menos elevados junto à costa. Os cursos de água, percorrem vales encaixados. Os maiores valores do declive na bacia hidrográfica em estudo ocorrem ao longo das linhas de água e apresentam uma distribuição homogénea, em que as áreas da bacia ocupada pelos declives elevados (acentuado e muito acentuado) e baixos (plano e muito suave) são iguais (39%). Os declives médios (suave e moderado) representam cerca de 22% da bacia hidrográfica.

A Bacia hidrográfica da Ribeira das Vinhas, apresenta uma característica da transição entre a Serra e o litoral, ou seja, entre valores de altitude mais elevados a Noroeste, Serra de Sintra e valores menos elevados junto à costa. Os cursos de água, percorrem vales encaixados. Os maiores valores do declive na bacia hidrográfica em estudo ocorrem ao longo das linhas de água. Há uma distribuição homogénea, em que as áreas da bacia ocupada pelos declives elevados (acentuado e muito acentuado) e baixos (plano e muito suave) são iguais (39%). Os declives médios (suave e moderado) representam cerca de 22% da bacia hidrográfica.

Existe o risco de inundação por rutura da barragem do Rio da Mula, mas essa possibilidade é considerada “baixa” por não haver registos de rutura de barragens ou razões que levem a estimar que este evento ocorra. No entanto, se ocorrer essa rutura a gravidade associada à população é “acentuada”, os impactos socioeconómicos consideram-se “acentuados”, uma vez que poderá haver uma perda significativa e assistência financeira necessária e no que diz respeito ao ambiente, os danos classificam-se como “moderados”.

Em Portugal ocorrem três grandes tipos de inundações:

- a) Inundações com origem nos grandes rios, que se formam depois de vários dias ou semanas de chuvas prolongadas;
- b) Inundações devidas às cheias de pequenos cursos de água, que se formam depois de algumas horas de chuva intensa,
- c) Inundações urbanas, que se podem formar em algumas dezenas de minutos, aquando de fortes chuvadas cujas conseqüências são agravadas pela impermeabilização dos terrenos.

As características fluviais de Cascais, com significativas áreas aluviais, elevada área impermeabilizada pela urbanização e um historial de inundações rápidas, fazem com que este tipo de ocorrências se inclua nas Inundações devidas às cheias de pequenos cursos de água, e Inundações urbanas, que se podem formar em algumas dezenas de minutos.

Os valores de precipitação anual na região de Cascais são relativamente reduzidos, situando-se entre os 500 mm e os 700 mm. No concelho de Cascais a maioria dos cursos de água existentes possuem caudal muito reduzido e caracterizam-se por um regime torrencial, estando grande parte do ano sem caudal.

WORKSHOP 4

ANÁLISE DE RISCO

Por: Carlos Estibeira | SMPC – Câmara Municipal de Cascais

Parte 1: teoria

O Perigo é um processo ou ação natural, tecnológico ou misto, suscetível de produzir perdas e danos, ou seja, perigo é tudo o que é suscetível de causar dano, não é mensurável apenas identificável e não é possível comparar o perigo. O risco é a probabilidade de ocorrência de um processo (ou ação) perigoso, e respetiva estimativa das suas consequências. Vulnerabilidade é o potencial para gerar vítimas, bem como perdas económicas para os cidadãos, empresas ou organizações, em resultado de uma dada ocorrência. Os riscos podem ser divididos em:

- a) riscos naturais, que são os riscos associados ao funcionamento de sistemas naturais (ex: sismos, movimentos de massa em vertentes, erosão do litoral, cheias e inundações),
- b) riscos Tecnológicos são os riscos que resultam de acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana (ex.: cheias e inundações por rutura de barragens, acidentes no transporte de mercadorias perigosas, emergências radiológicas),
- c) riscos mistos são os riscos que resultam da combinação de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais (ex.: incêndios florestais).

O processo de caracterização do risco comporta 4 etapas.

- a) 1ª Etapa é a situação de referência onde é definido o território em análise, é elaborada a caracterização física, socioeconómica e das infraestruturas e elaboração de cartografia temática.
- b) Na 2ª etapa é feita a identificação dos riscos com possibilidade de ocorrência e levantamento de dados.
- c) Na etapa 3, análise de Risco, é definido cenários, estimativa do grau de probabilidade e grau de gravidade, aplicação de matriz de análise de risco e determinação do grau de risco.
- d) Na 4ª Etapa, Estratégias para Mitigação de Riscos, é realizado as medidas de prevenção, instrumentos de planeamento e identificação de meios e recursos.

A monitorização e a revisão são uma parte integrante de qualquer sistema de gestão (incluindo o de risco), suportando a sua melhoria contínua.

São muitas as vantagens do processo de caracterização do risco no âmbito do planeamento de emergência de proteção civil, o qual oferece a oportunidade para proporcionar um melhor conhecimento do risco, promover a tomada de decisão sobre o risco e afetação de recursos, reduzir os graus de risco para a população, os bens ou o ambiente, promover atividades de prevenção e mitigação do risco.

A mitigação do risco é definida como qualquer ação sustentada para reduzir ou eliminar os riscos a longo prazo, para as pessoas e os bens, dos perigos e os seus efeitos. O ideal seria eliminar o risco, mas sendo impossível, a implementação das medidas mitigadoras é fundamental.

Temos como medidas de mitigação de risco a legislação como primeiro instrumento, instrumentos de ordenamento do território, elaboração de planos de emergência e programas e projetos integrados que visam a prevenção de acidentes graves ou catástrofes, sistemas de alerta e aviso à população, sensibilização da população e realização de exercícios e simulacros.

Parte 2: prática (terreno)

Da teoria à prática deslocou-se de seguida ao bairro de assentamento informal denominado Jamaica, arrabalde da cidade da Praia, com o objectivo de observar *in locu* os riscos potenciais existentes nessa localidade, face à manifestação dos perigos de cheias e inundações, deslizamento de terra/enxurradas, aplicar e consolidar os conhecimentos metodológicos básicos, aprendidos durante a sessão teórica, para identificação e avaliação de tipologias de riscos.

Trata-se de um sítio caracterizado por uma morfologia bastantes irregular onde se avistam encostas declivosas, vales profundos e planaltos. Precisamente as áreas potencialmente de risco são ocupadas por construções precárias e sobre os aterros e apropriação dos leitos menores de cheias, implicando um grau de riscos elevado, com consequências avultadas em termos materiais e humanos caso venham a ocorrer eventos catastróficos.

Esta sessão prática, a céu aberto, serviu igualmente como plataforma de partilha de conhecimentos e trocas de experiências em matéria de identificação e avaliação de risco.

► **DIA 30 DE JULHO DE 2016** | 08:30 às 12:40 e 14:00 às 18:00

WORKSHOP 5

IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS DE AUTOPROTEÇÃO NA SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS EM EDIFÍCIOS: regras para a sua definição e implementação
Por: Luís Cecílio Maia dis Santos | SMPC – Câmara Municipal de Cascais

Parte 1: teoria

Os incêndios são uma das maiores ameaças a que pessoas, edifícios e o meio ambiente em geral estão sujeitas. Felizmente, é possível aumentar a segurança reduzindo de forma significativa a probabilidade de ocorrência de um incêndio, assim como os seus impactos negativos.

Quer se trate de construção nova ou de edifícios antigos, para uso habitacional ou de serviços, importa pensar e implementar medidas que não só reduzam a possibilidade de um incêndio ocorrer, como no caso de acontecer, saber como reagir para diminuir as perdas humanas e materiais.

O objetivo é conseguir disponibilizar informação técnica suficiente para que entre outros os donos de obra ou proprietários consigam perceber o contexto técnico da segurança e proteção contra incêndios em edifícios, assim como o enquadramento legal nomeadamente a nível das medidas de autoproteção.

Como enquadramento legislativo desta temática é apresentado o Decreto-lei 224/2015 de 9 de outubro, faz Revisão do Decreto-Lei 220/2008 com alterações pontuais que constituem a atual redação do Regime Jurídico de Segurança Contra Incêndios em Edifícios.

O Decreto-lei 220/2008 de 12 de novembro que define o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndios (RJ-SCIE), cabendo à Autoridade Nacional de Proteção Civil - ANPC - garantir que o mesmo é cumprido. O decreto-lei 220/08 foi estruturado tendo por base a definição de utilizações-tipo, de quais os locais e categorias de risco. E a Portaria 1532/2008 de 29 de dezembro, também conhecido como Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RT-SCIE). A Portaria 1532/08 estabelece a regulamentação de SCIE a que estão sujeitos os projetos de arquitetura, os projetos de SCIE e outros projetos de especialidades, como por exemplo, sobre as condições de comportamento ao fogo, isolamento e proteção ou as condições de evacuação, entre outros.

O Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndios em Edifícios exige uma maior participação da sociedade civil na vertente da segurança, responsabilizando os projetistas pela execução e qualidade dos projetos desta especialidade, tal como as empresas e diretores de obra pela implementação desses mesmos projetos em obra. Ao mesmo tempo também responsabiliza mais os proprietários, administradores de condomínio e entidades gestoras, a manutenção das condições de segurança contra incêndio em edifícios. As medidas de autoproteção também se tornaram mais rigorosas. Este regulamento inclui as disposições de SCIE que todos os edifícios e recintos devem respeitar, de acordo com 12 utilizações-tipo, que se subdividem cada uma delas por quatro categorias de risco de incêndio.

De acordo com a legislação, as medidas de autoproteção aplicáveis variam de acordo com a utilização tipo e categoria de risco.

Enquanto para alguns edifícios são apenas necessários registos de segurança e procedimentos de prevenção, naqueles de maior dimensão e maior risco pode ser necessário um plano de prevenção interno, um plano de emergência interno e simulacros a realizar todos os anos.

Parte 2: prática (edifício)

Após uma longa explanação teórica sobre as medidas de autoproteção e segurança contra risco de incêndio estribado essencialmente num forte manancial de legislação existente para o efeito em Portugal, deslocou-se a um dos edifícios pertencentes à Câmara Municipal da Praia, nomeadamente, edifício técnico, situado no bairro de Fazenda para aplicar os conhecimentos apreendidos durante a sessão teórica.

No local foram abordados a tipologia do edifício, as sinalizações de emergências e suas devidas distribuições/localizações, instalação dos equipamentos de primeira intervenção (localização e tipo). Identificou-se os locais de maiores riscos, as falhas e recomendações para a melhoria das condições de segurança contra o risco de

incêndio, neste edifício que recebe grande número de pessoas e das muitas que ali laboram diariamente. Tendo feitas todas as recomendações deu-se por finda a visita às instalações do edifício em causa.

WORKSHOP 6

ERUPÇÃO VULCÂNICA DA ILHA DO FOGO DE 2014/2015: cronologia, impates, redução de riscos de desastres e resiliência

Por: Sónia Silva Victória | Universidade de Cabo Verde (UniCV) &
Jeremias Alves Cabral | Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB)

Doutora Sónia

(Vide tema 2)

Jeremias Cabral

A análise dos riscos geológicos que podem afetar o arquipélago de Cabo Verde e em particular a ilha Fogo, passa pela determinação do perigo inerente à ocorrência dos diferentes tipos de fenómenos passíveis de ocorrerem. Segundo diversos autores (e.g. CRUZ-REYNA, 1996; QUEIROZ, 1997; GASPARET et al., 1997), a perigosidade (hazard) é determinada pela probabilidade de um dado evento potencialmente destruidor afetar uma determinada área num certo intervalo de tempo.

No âmbito do planeamento e operações, compete ao Serviço Municipal de Proteção Civil, elaborar e atualizar o plano municipal de emergência e os planos especiais necessários. Os planos especiais podem abranger áreas homogêneas de risco cuja extensão seja supra municipal, regional ou nacional. Os planos de emergência estão sujeitos a atualização periódica e devem ser objeto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade.

Os planos de emergência de âmbito nacional e regional são aprovados pelo Conselho de Ministros. Os planos de emergência de âmbito municipal, bem como os planos especiais, são aprovados pelo CNPC. Os agentes de proteção civil colaboram na elaboração e na execução dos planos de emergência.

Os planos de contingência são instrumentos de gestão que asseguram os arranjos que antecipam a uma crise, quer seja de origem natural quer, seja de origem social/humana ou tecnológica.

É um processo preventivo que analisa as urgências potenciais e o seu impacto, prioriza as urgências, desenvolve os planos sectoriais e locais apropriados e assegura que as medidas de proteção essenciais sejam tomadas em conta.

Assegura a direção e a coordenação das operações de proteção civil e medidas excecionais de emergência, através de duas componentes fundamentais: a primeira componente aborda a avaliação de riscos e a segunda componente aborda os mecanismos de coordenação operacional.

Foi elaborado um plano especial para a erupção vulcânica que foi aprovado em 2004, testado em 2006, com apoio da NATO e foi colocado em prática aquando da erupção vulcânica 2014/ 2015.

A resposta aos riscos e perigos originados em uma erupção vulcânica dependem do tipo de vulcão, do tempo que passou desde a última erupção, do clima local e da estação do ano e da localização geográfica do edifício vulcânico.

Aquando da entrada em erupção do vulcão do fogo no dia 23 de novembro de 2014 as primeiras ações de respostas foram desenvolvidas pelos serviços municipais de proteção civil, sob orientação direta dos presidentes das camaras municipais e que quando chegou o stafe do SNPCB, já tinham iniciado a evacuação dos habitantes da Chã das Caldeiras. Foi também dado o acompanhamento e apoio técnico de nutricionista na preparação da cesta básica, assistência Médica e Medicamentosa aos Deslocados, apoio Psicológico dos Deslocados, fornecimento de água, pagamento de energia elétrica e reintegração de todas as crianças no sistema de ensino.

Contaram com ajuda internacional de vários países, como a Timor Leste, São Tomé e Príncipe, China, Guiné Bissau, Austrália, Brasil, Argentina, Japão, Portugal e angola, e algumas organizações sendo elas a CEDEAO, União Europeia e Nações Unidas.

Para reconstrução prevê-se reabilitar 110 casas construídas durante a erupção vulcânica de 1995, ampliando-as. Tratar-se-á de, entre outros objetivos, restaurar o abastecimento de água, instalar casas de banho, cozinhas, salas adicionais, energia elétrica, telhados, reparação de depósitos de água, revestir pisos e paredes, substituir portas e janelas. Prevê-se a construção de novas casas para abrigar as famílias deslocadas, atualmente hospedadas em casas de famílias/alugadas. Do ponto de vista de proteção civil, é proibida todo o tipo de construção de carácter permanente no interior da caldeira.

VII. CONCLUSÕES / RECOMENDAÇÕES

Tendo em conta o tempo de preparação para a realização do referido encontro, considera-se que este superou as expectativas iniciais as quais foram objeto de adequação, tendo merecido uma abordagem diferente em termos do modelo organizativo e dos conteúdos, de acordo com as necessidades das cidades participantes no evento. O extenso programa foi integralmente cumprido, com destaque para a excelente participação dos presentes, circunstância que conduziu a que o evento se revelasse como exemplar na partilha de conhecimentos, troca de experiências e camaradagem. No evento estiveram presentes as cidades de Cabo Verde e respetivas instituições governamentais, agentes de proteção civil e universidades, bem como cidades de Portugal.

As intervenções e os debates centraram-se a volta da necessidade no reforço de legislações em matéria de proteção civil, com especial referência caso de Cabo Verde, com destaque para a necessidade de se assegurar a sua aplicação plena como garante da desejável e necessária envolvência das instituições com responsabilidade no sector. Igualmente se deu ênfase à necessidade de boas práticas e à forte aposta na sensibilização das autoridades competentes desde os níveis superiores até às camadas mais vulneráveis. Nota-se uma enorme carência em matéria de legislação nesse domínio e, muitas vezes, recorrem-se a normas internacionais para execução de determinadas tarefas e estudos técnicos.

Retomou-se a abordagem de questões como a informação, sensibilização e formação, numa ótica do seu reforço como forma de se conseguir por parte das pessoas envolvidas a mudança de atitudes e comportamentos com relação aos riscos contribuindo para uma sociedade mais segura, resistente às catástrofes e com forte capacidade de resiliência, pelo que as instituições competentes devem desenvolver adequados programas de sensibilização e formação da população e criar mecanismos sustentáveis de gestão de riscos, através de um sistema de alerta eficaz.

Alertou-se para a necessidade de, por um lado, se implementar e reforçar a estratégia de redução do risco de desastres naturais através da monitorização, cartografia de riscos de desastres e a comunicação, informação e sensibilização, inserindo-se, tal preocupação, num conjunto de objetivos, como uma das ferramentas indispensáveis para a redução da vulnerabilidade e, por outro, adotar medidas de prevenção suscetíveis de mitigar os impactes adversos das ameaças que possam colocar em causa a segurança e o bem-estar da população.

Enfatizou-se igualmente o papel que os órgãos de comunicação social têm em todas as fases de gestão de emergência, como importantes vias de disseminação de informações, enquanto espaços de aprendizagens por parte da população em relação aos desastres. Para tanto é necessário que os profissionais da comunicação social sejam capacitados e se revelem perspicazes para o efeito, de forma a auxiliar os agentes de proteção civil e os responsáveis na divulgação das informações, afim de se evitarem pânicos desnecessários como resultado de uma comunicação desajustada e ineficaz.

Ficou patente a necessidade de uma maior organização dos serviços de proteção civil a vários níveis, como condição indispensável, para que a capacidade de resposta seja mais eficaz e eficiente.

Finalmente é de se realçar que a sublimidade e excelente concretização dos objetivos desse evento foi atingida e que, igualmente, foi patente o excelente relacionamento e fortalecimento dos laços de amizade e aproximação entre todos os participantes das cidades membros da rede e instituições, os quais valorizaram este encontro de forma exemplar, mediante os seus contributos, numa conjugação que se traduziu sucesso conseguido.

ANEXO

1. LISTA DE PARTICIPANTES

2. REPORTAGEM FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO

3. HIPERLIGAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE EMPRENSA DO EVENTO

LISTA DE PARTICIPANTES | 5.º ENCONTRO TÉCNICO

NOME PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL
Adildo Soares Gomes	Câmara Municipal de Tarrafal de São Nicolau	Vereador	adildosoaresgomes@gmail.com
Adilson Pereira	Polícia Judiciária	Segurança	adilsonpereira@hotmail.com
Almerindo ferreira	Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa	Chefe 2.ª Classe	almerindoferreira@gmail.com
Andrea Ossi Perretta	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	DRR Especialista	andrea.ossi-perretta@cv.jo.un.org
Antero Melo	Câmara Municipal do Sal	Vereador	anteroa@cmsal.gov.cv
António Gonçalves	Câmara Municipal de São Domingos	Vereador	antonig42@gmail.com
Arlindo Lima	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros	Presidente	arlindo.lima@admint.gov.cv
Artur João da Lomba	Aeroportos e Segurança Aérea	Voluntário	
Artur Z. d. da Lomba	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	
Celestino B. Afonso	Câmara Municipal da Praia	Coordenador GMPC	celetonso.cv@gmail.com
Daniel Gomes	Câmara Municipal de São Miguel	Técnico Superior – Proteção Civil	daniel01-78@hotmail.com
Domingos Morais	Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa	Formador ERSB	domingosmorais1@gmail.com
Edith Cardoso	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	edithcardoso.84@hotmail.com
Emiliano de Pina	Guarda Municipal	Agente de 2.ª Classe	depinaemiliano13@gmail.com
Eugénia Mascarenhas	Radio Educativa	Jornalista	alilu299@gmail.com
Fátima dos Reis Lopes	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	fatylopes4@gmail.com
Fernando Curto	Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa	Chefe 1.ª Classe	fernando.curto@cm-lisboa.pt
Guilhermina Pires	Consulado Geral da Guiné Bissau	Secretária	consuladogeral@gmail.com
Igor Carlos Monteiro	Forças Armadas de Cabo Verde (3.ª Região Militar)	Comandante Regional	carlosmonteiro@hotmail.com
Iria Touzon	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	Assistente técnico	iria.touzon@cv.jo.un.org
Jeremias A. Cabral	Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros	Diretor	jeremiascabral@gmail.com
João Carlos Cabral Semedo	Assembleia Municipal Praia	Secretário	joaodisilvino@hotmail.com
José Carlos Ferreira Moreno	Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos	Responsável Administrativo	josecarlosmoreno@live.com.pt
José Luis Gonçalves	Polícia Judiciária	Chefe	jose.goncalves@pj.gov.cv
José Manuel Pereira	Universidade de Cabo Verde	Docente	jmveigapereira@gmail.com
Leandro Tavares	Câmara Municipal de Santa Cruz	Coordenador	leandrotavares5@hotmail.com
Liza Alves Lima	Direção Nacional do Ambiente	Técnica Superior	liza.lima@mahot.gov.cv
Lucio G. Barros	Cruz Vermelha de Cabo verde	Fisioterapeuta	lucioabarros@yahoo.com.br

NOME PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO	CARGO	E-MAIL
Luís Antonio S. de Barros	Comando Regional Praia	Comandante Esquadra	luis.s.barros@pn.gov.cv
Luís Cecílio Santos	Câmara Municipal de Cascais Serviço de P. Civil	Chefe Divisão	luis.cecilio@cm-cascais.pt
Luís Viana	Embaixada de Portugal		luisribviana@gmail.pt
Luís Vicente	Câmara Municipal da Praia Bombeiros Municipais	Comandante dos Bombeiros	barbosavicenteluis@gmail.com
Manuel Claudino Monteiro	Autoridade Marítima e Portuária C. Portos Sotavento	Capitão dos Portos de Sotavento	manuel.c.monteiro@amp.cv
Manuel dos Anjos Lima	Câmara Municipal de Ribeira Grande S. Antão	Funcionário Público	Manuel.a.lima@mdr.gov.cv
Nelson Tavares dos Santos	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	santostnelson@hotmail.com
Nilsa da Silva	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	Dnilsa@gmail.com
Pedro Bettencourt	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Coordenador	pbettencourt58@hotmail.com
Pedro Cruz	Electra Sa	Qualidade Segurança	pedro.cruz@electra.cv
Pedro J. Dias	Emermedical Cabo Verde	Gerente	caboverde@emermedical.es
Raquel Gomes	Cruz Vermelha de Cabo Verde	Voluntário	gomesrq94@hotmail.com
Renato M. Costa	União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa	Coordenador	luis.cecilio@cm.cascais.pt
Simão Monteiro	Universidade de Cabo Verde	Aluno (Mestrando)	monteirosimiao@gmail.com
Tânia Mauricio Cruz	Direção Nacional de Ambiente	Técnico Superior	tania.cruz@mahot.gov.cv
Uteldino Jorge Carvalho	Cruz Vermelha	Voluntário	tyfurtado@hotmail.com
Vera Alfama	Universidade de Cabo Verde	Docente	vera.alfama@docente.unicv.edu.cv
Victor Baessa	Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos	Presidente	victorbaessa@gmail.com
Zico da Silva Cruz	Forças Armadas de Cabo Verde	Oficial da Finanças	zico-cruz@hotmail.com

REPÓRTER FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO | SESSÃO SOLENE DE ABERTURA



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Praia



Constituição da mesa de abertura Presidida pelo Exmo. Senhor Ministro da Administração Interna de Cabo Verde



5º Encontro Técnico da Rede Temática
Proteção Civil de Cidades UCCLA
Proteção Civil: experiências do passado, desafios do futuro.

Discursos de Abertura do 5.º Encontro Técnico da Rede

REPÓRTER FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO | APRESENTAÇÕES ORAIS



Composição da mesa – Painel I



Composição da mesa – Painel II



Plateia do encontro



Orador Carlos Estibeira



Orador Luís Cecílio



Orador Manuel João Ribeiro

REPÓRTER FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO | WORKSHOPS



Workshop Segurança contra Risco de incêndio



Workshop Erupção Vulcânica da ilha do Fogo 2015/2016



Participantes de um dos workshops



Foto família com parte dos participantes do workshops

REPÓRTER FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO | SESSÕES DE TERRENO



Carlos Estibeiras conduzindo trabalhos no terreno



Breve partilha de experiências



Integrantes da equipa de visita



Assentamento informal – Bairro de Jamaica – Cidade da Praia

REPÓRTER FOTOGRÁFICA DO ENCONTRO | SESSÕES DE TERRENO



Luís Cecílio guiando os trabalhos vistoria técnica



Visita técnica ao edifício da CMP



Edifício Técnico utilizado para vistoria



Foto família antes de para uma visita técnica – Paços Concelho

HIPERLIGAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE EMPRENSA DO EVENTO

ÓRGÃO NOTICIOSO	DATA	HIPERLIGAÇÃO
PÁGINA DO GOVERNO DE CABO VERDE	28-06-2016	http://www.governo.cv/index.php/destaques/6626-paulo-rocha-preside-5-encontro-tecnico-da-rede-tematica-protecao-civil-de-cidades-uccla
PÁGINA DA UCCLA	16-06-2016	http://www.uccla.pt/noticias/cidade-da-praia-acolhe-encontro-tecnico-da-rede-protecao-civil
CONOSABA.BLOGSPOT.PT	24-06-2016	http://conosaba.blogspot.com/2016/06/uccla-cidade-da-praia-acolhe-encontro.html
BAÍA DA LOSOFONIA	24-06-2016	http://baiadalusofonia.blogspot.com/2016/06/cabo-verde-cidade-da-praia-acolhe.html
RTC	27-06-2016	http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=12842
INFORPRESS	27-06-2016	http://inforpress.publ.cv/cooperacao/129349-cidade-da-praia-acolhe-encontro-tecnico-da-rede-de-protecao-civil
A SEMANA	27-06-2016	http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article119252&ak=1
OCEAN PRESS	28-06-2016	http://www.oceanpress.info/cms/Pt/ilhas/santiago/43979-praia-acolhe-v-encontro-tecnico-da-rede-tematica-protecao-civil
PÁGINA DA UCCLA	01-07-2016	http://www.uccla.pt/noticias/cidade-da-praia-acolheu-encontro-da-rede-protecao-civil
